



pela VIDA

ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA Gabinete do Presidente	
N.º de Entrada	387154
Classificação	14
Data	11 / 02 / 09

Exmo. Sr.
Dr. Jaime Gama
Digníssimo Presidente da Assembleia da República
Palácio de S. Bento
Lisboa

A 10.ª Comissão
9.2.11
→
A DAC p/ a 10.ª Comissão,
avaliando os 2 pontos, com
tanto ementas.
11.02.09
Lisboa

Lisboa, 9 de Fevereiro de 2011

Exmo. Sr. Presidente

Volvidos 4 anos sobre o Referendo ao Aborto e após a elaboração de um Estudo feito a partir dos dados oficiais da Direcção Geral de Saúde, a Federação Portuguesa pela Vida entende que, dando voz ao senso geral que aponta o aborto como um mal que deve ser evitado, impõe-se neste momento ser feita uma reflexão social e política sobre a realidade do aborto em Portugal.

Para isso, a F.P.V. lançou uma **Petição Pública** que solicita à Assembleia da República que faça a avaliação da realidade do aborto e que, a par de outros objectivos, legisle no sentido da protecção da maternidade e da vida humana.

Tal Petição correu com a seguinte identidade: **"Vemos, ouvimos e lemos – Não podemos ignorar!"** em www.peticao publica.com.

Por isso dirigimo-nos a V. Exa. para proceder à **entrega da Petição** supra indicada.
Desde já muito gratos pela atenção dispensada, subscrevemo-nos com elevada consideração e estima.

P'la Direcção

Isilda Regado

Para qualquer contacto:

ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA Divisão de Apoio às Comissões CS	
N.º Único	387154
Entrada/Saida n.º	105/10 Data 2011/02/10

Petição Aborto - Vemos, ouvimos e lemos - Não podemos ignorar!

Para: Assembleia da República

ABORTO – Vemos, ouvimos e lemos – não podemos ignorar

1. Portugal tem desde há 4 anos uma lei que permite o aborto livre a pedido, até às 10 semanas de gestação.
 2. Quando, por altura do referendo o País se confrontou com tal mancha histórica, foi prometida uma lei que protegesse as mulheres e conferisse melhores condições para o exercício da maternidade.
 3. Volvidos 4 anos assistimos a uma realidade dramática que deixa mulheres e homens cada vez mais sós e abandonados à sua sorte. Aos mais carenciados é oferecido o aborto para “colmatar” as dificuldades que apresentam. Milhares de mulheres foram vítimas de pressões e constrangimentos vários, e arrastados ao horror do aborto.
 4. Em 4 anos, só por via do aborto legal mais de 60.000 crianças deixaram de nascer. É como se uma cidade (como Aveiro), de repente, ficasse totalmente despovoada e os edifícios e monumentos nela existentes não tivessem quem os habitasse. Apenas o silêncio nas ruas e nas praças e as folhas arrastadas pelo vento.
 5. Muitas das “vozes autorizadas” que no referendo defenderam o sim têm agora tomado posição pública contra a regulação e prática do aborto que vigora.
 6. O País confronta-se com um dramático pedido às famílias de redução de salários e prestações sociais. Por outro lado o Estado continua a pagar e oferecer gratuitamente o aborto, o avião, o táxi, o hotel e o subsídio de maternidade a quem voluntariamente (ou coagida, uma vez que o Estado não sabe) põe fim a uma gravidez.
 7. Uma mulher em baixa por doença recebe 65% do ordenado; já se abortar fica de licença de maternidade e recebe 100% do ordenado.
 8. Milhares de mulheres deixaram de receber algumas dezenas de euros do abono de família para os filhos que tiveram, mas o Estado paga-lhes centenas de euros no caso de decidirem abortar.
- Assim,

Peticiona-se à Assembleia da República que

- A) Reconheça o flagelo do aborto que de norte a sul, varre o País desde há 4 anos destruindo crianças, mulheres, famílias, e a economia gerando desemprego e depressão.
- B) Que tome medidas legislativas no sentido de:
 - a) Proteger a vida humana desde a concepção, a maternidade e os mais carenciados na verdadeira solidariedade social.
 - b) Rever para já a regulamentação da prática do aborto por forma a saber se o consentimento foi realmente informado e a garantir planos de apoio alternativos ao aborto.
 - c) Permitir que todos os profissionais de saúde (independentemente da objecção de consciência) possam intervir no processo de aconselhamento a grávidas.
 - d) Apoiar as Instituições que no terreno ajudam mulheres e crianças em risco, de uma forma criteriosa e realista.
 - e) Fazer cumprir os Direitos Humanos nomeadamente no que tange com o inviolável Direito à Vida e o eminente direito ao reconhecimento da dignidade de cada ser humano.
 - f) Gerir com critérios de “bem comum” os escassos recursos do País e por isso, deixe de “cobrir de dinheiro” o aborto.

Os signatários



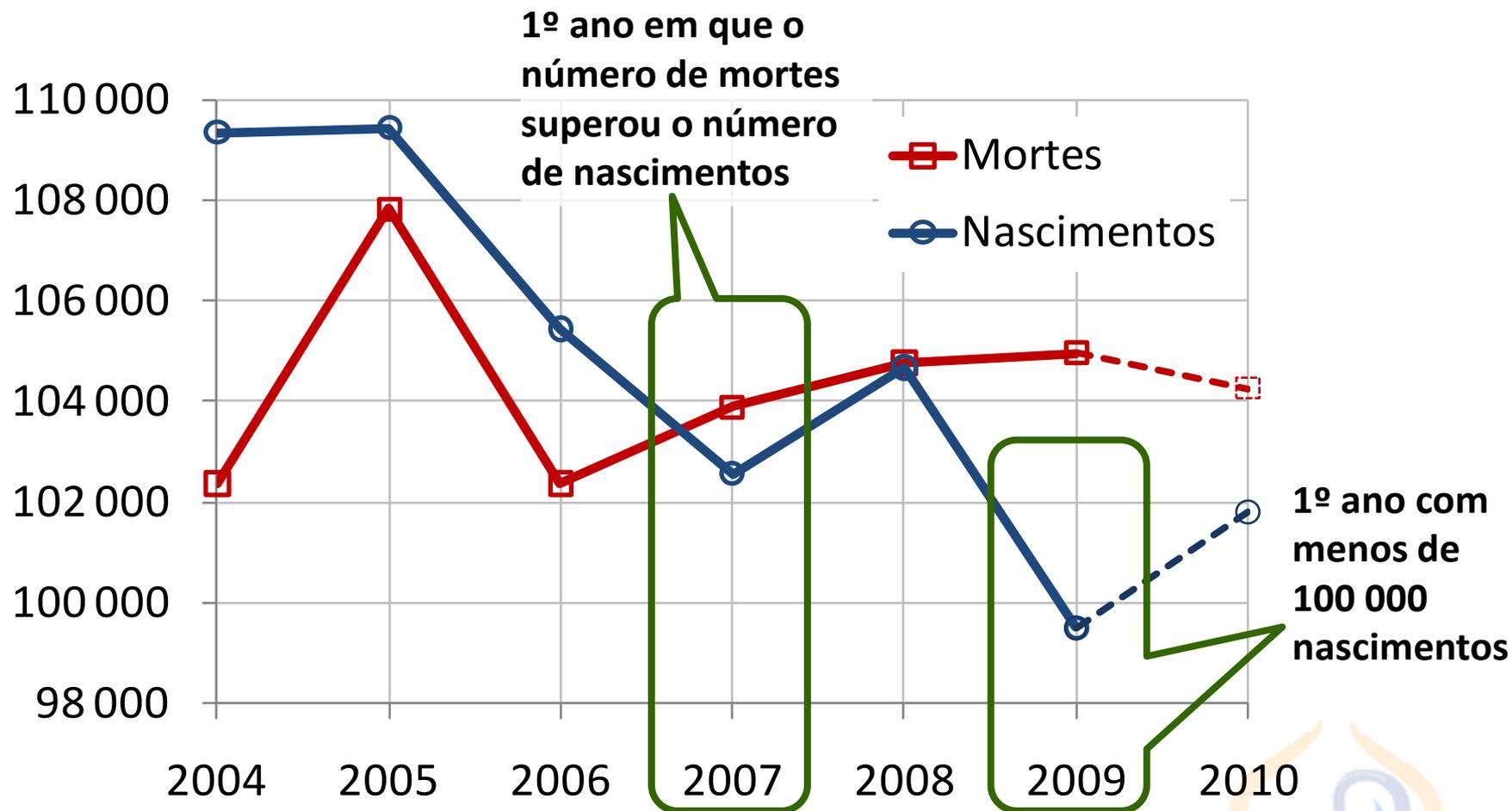
Liberalização do Aborto em Portugal, 4 anos depois

Lisboa, 11 de Fevereiro de 2011

Gabinete de Estudos da F.P.V.

Coordenação – Francisco Vilhena da Cunha

(De)crescimento populacional

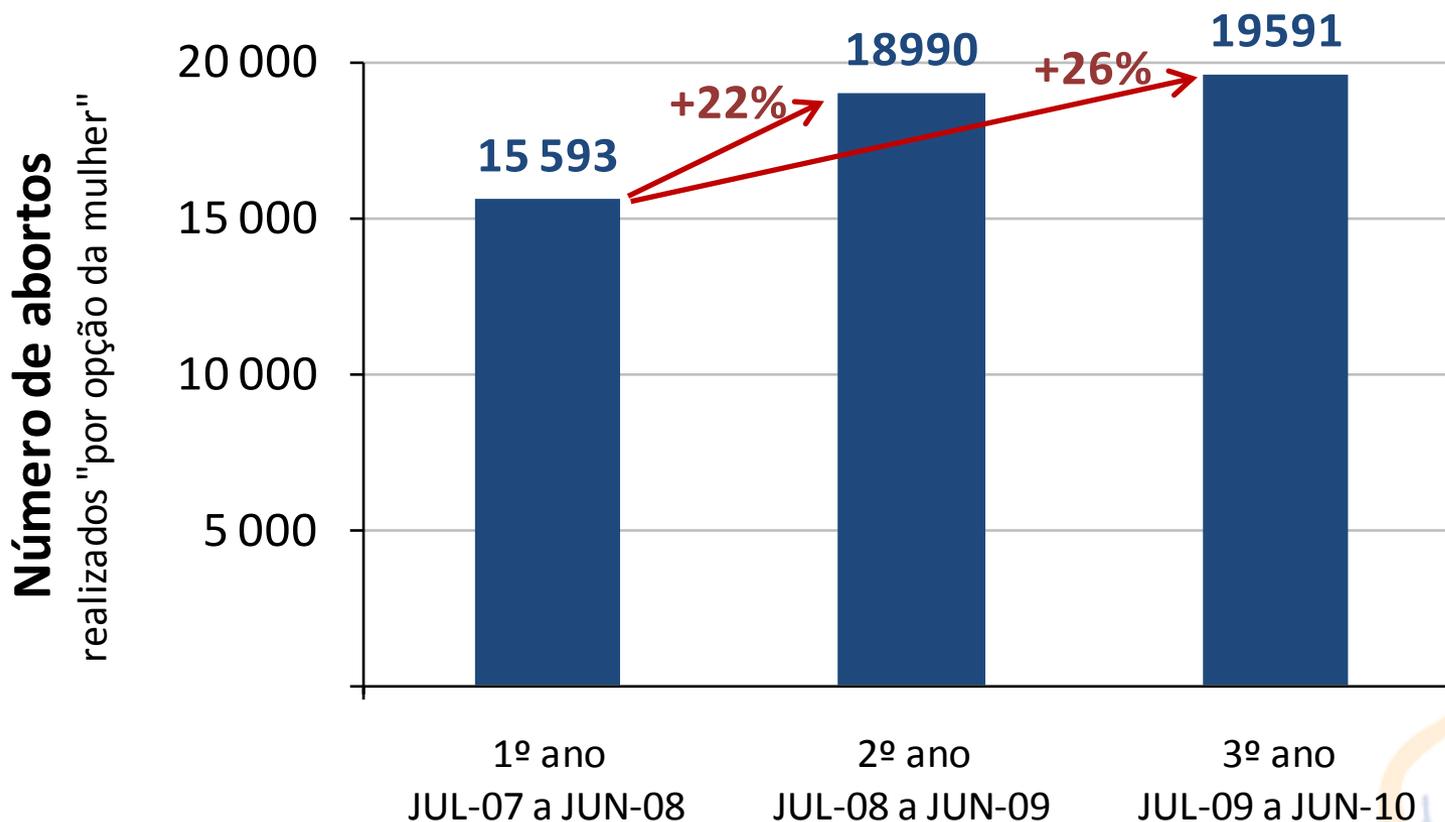


Fonte: INE; INSA; Análise FPV



Aborto legal “por opção da mulher” cresce desde 2007

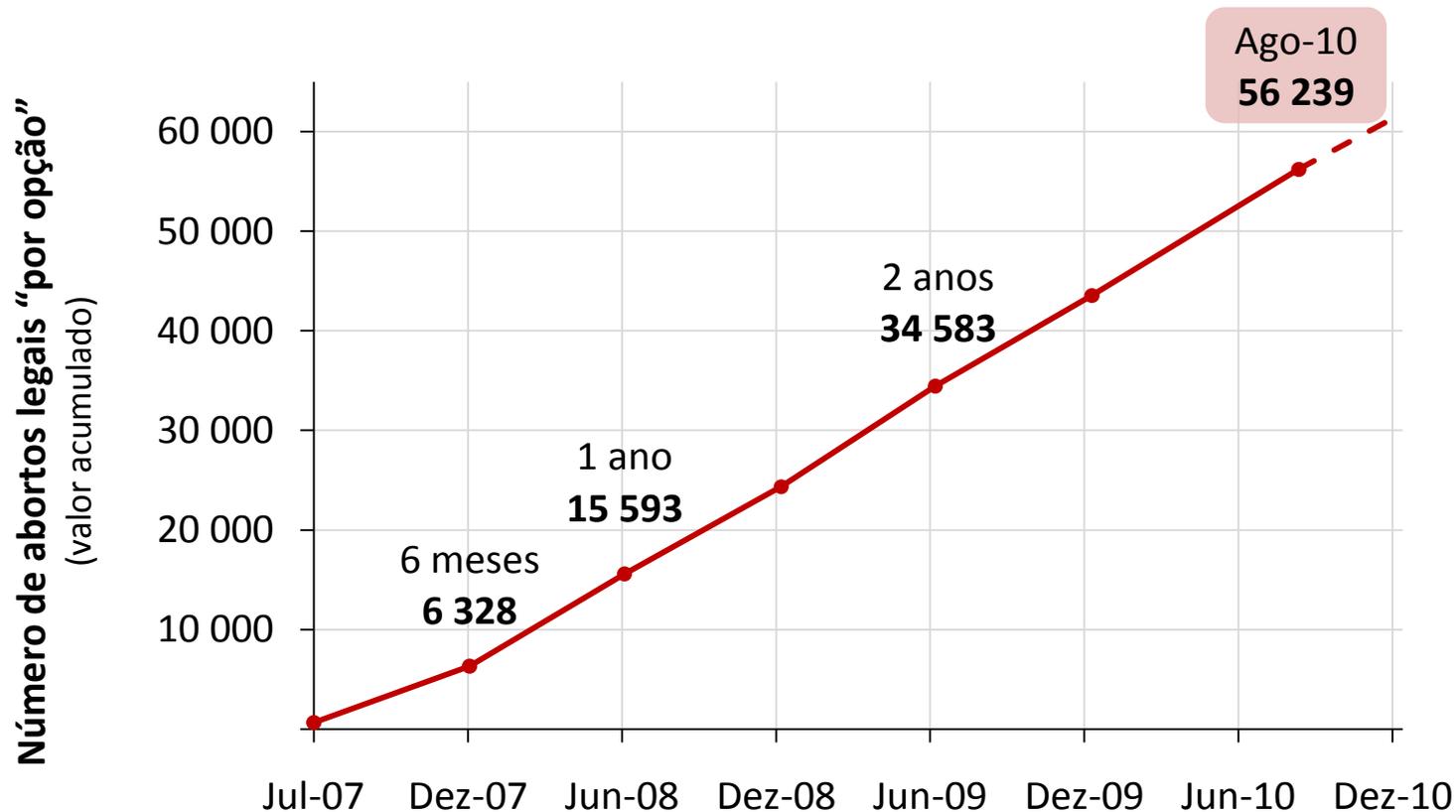
Abortos legais “por opção da mulher” realizados nos 3 anos que se seguiram à entrada em vigor da Lei 16/2007 (Julho de 2007):



Fonte: DGS (dados revistos em 2010); Análise FPV



Mais de 60 000 abortos legais “por opção da mulher” desde Julho de 2007

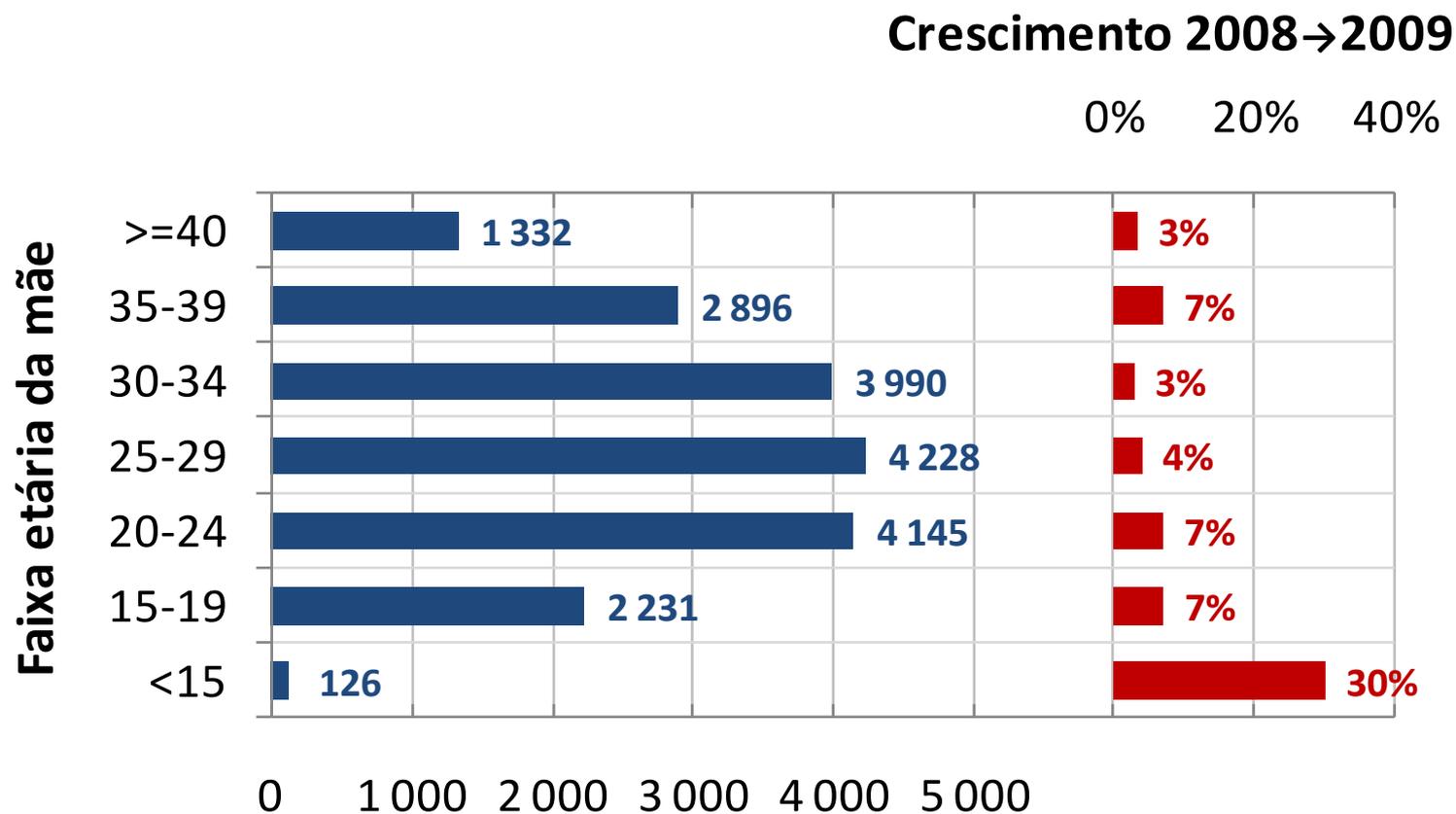


Fonte: DGS (dados revistos em 2010); Análise FPV

→ Aborto legal “por opção da mulher” representa mais de 97% do total de abortos legais realizados em Portugal desde Julho de 2007



O aborto “legal por opção” aumenta em todas as faixas etárias



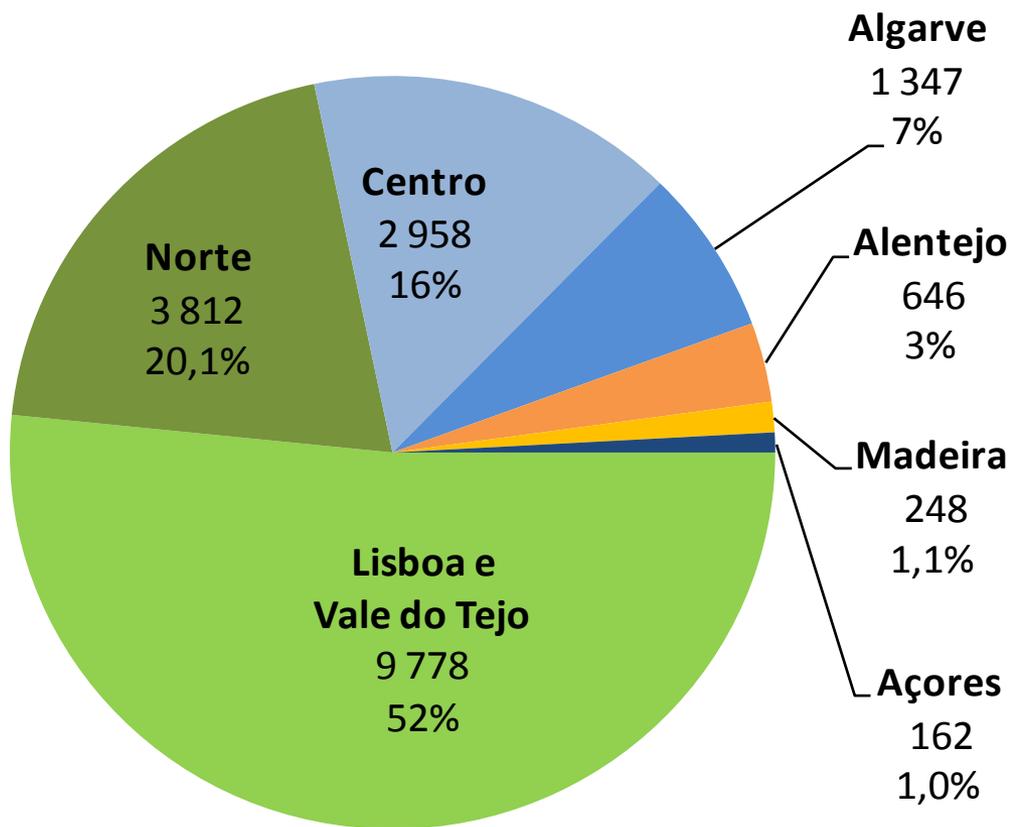
Abortos "por opção" em 2009

Fonte: DGS; Análise FPV



Mais de metade dos abortos “legais por opção” foram realizados por mulheres da região de Lisboa e Vale do Tejo

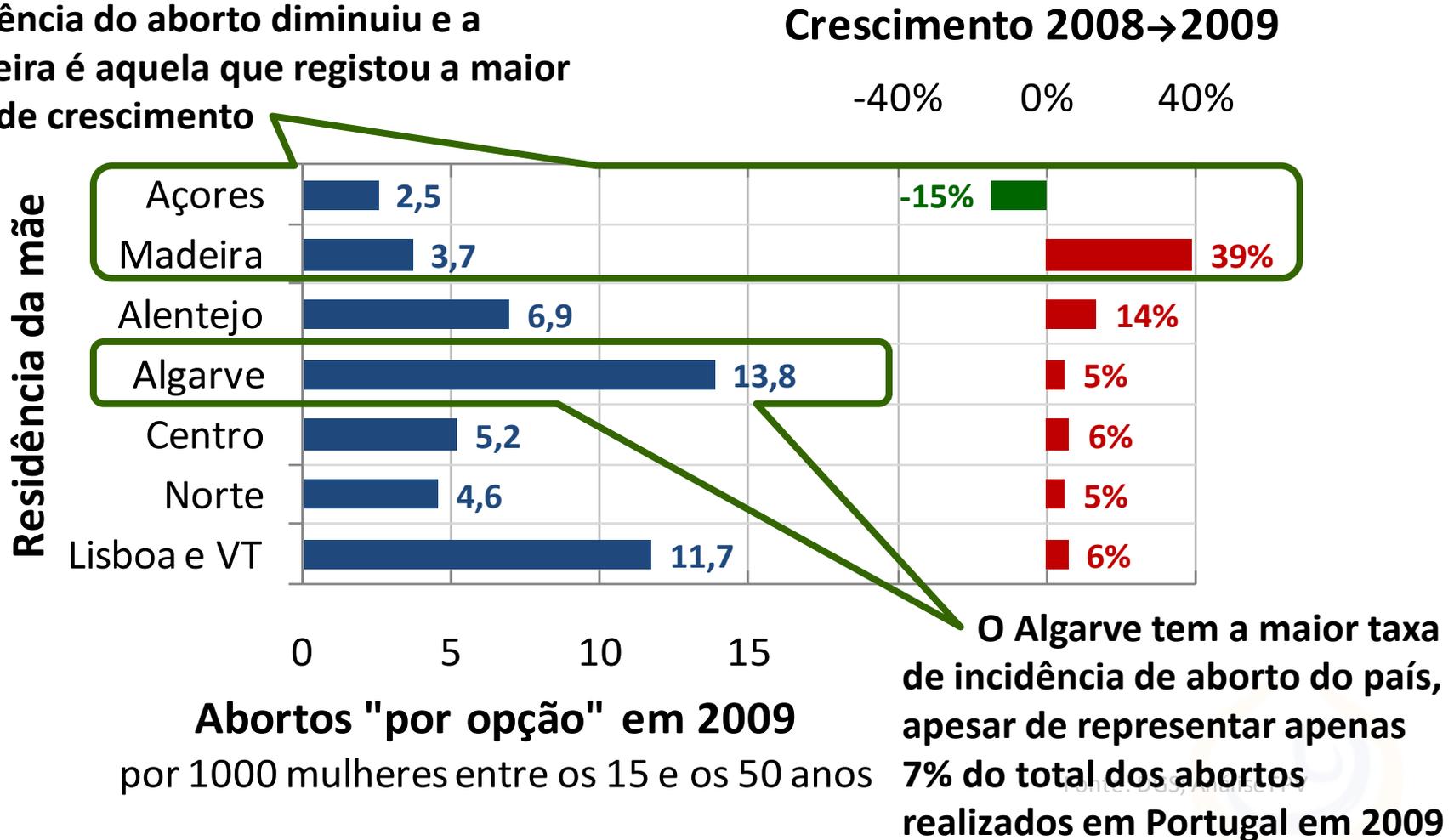
2009



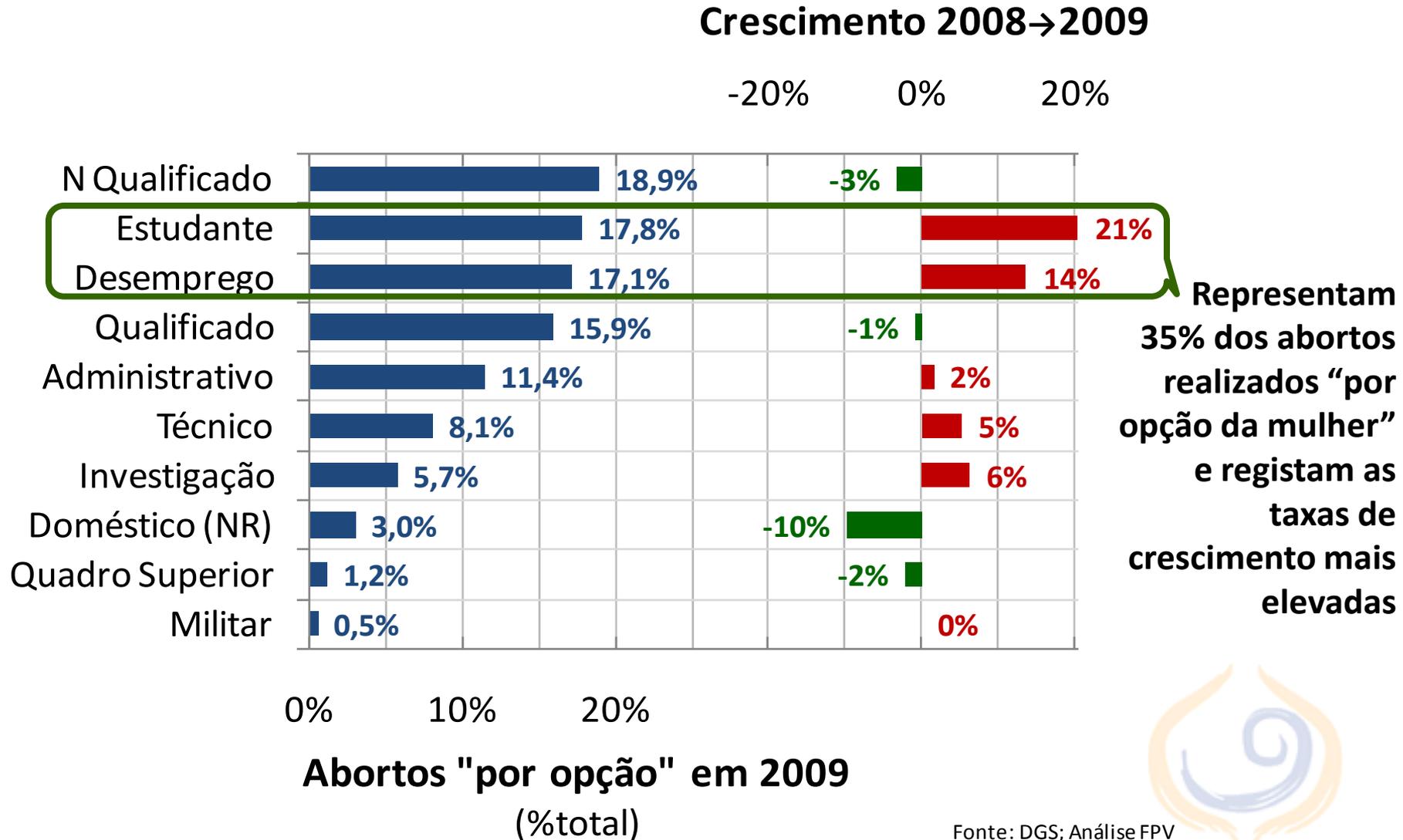
Fonte: DGS; Análise FPV

O Algarve tem a maior taxa de incidência de aborto

Os Açores são a única região em que a incidência do aborto diminuiu e a Madeira é aquela que registou a maior taxa de crescimento



Aborto aumenta mais entre mulheres estudantes e desempregadas



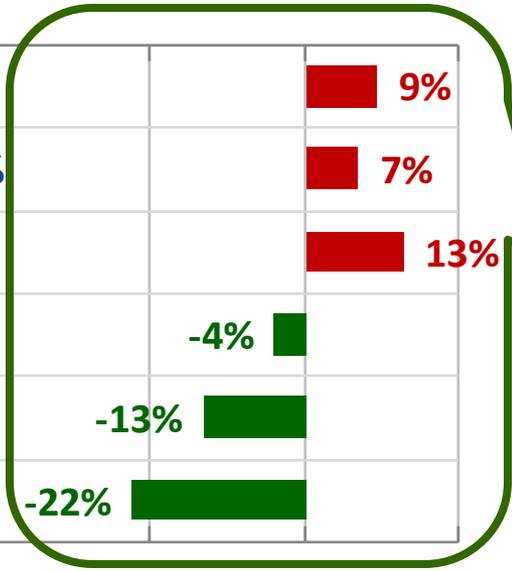
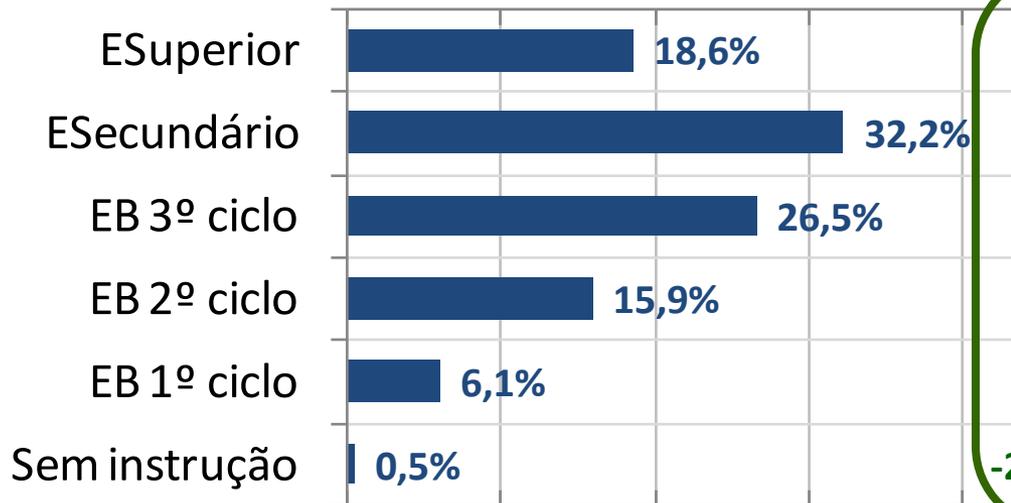
Fonte: DGS; Análise FPV



Aborto "legal por opção" diminui nas camadas com menor nível de instrução

Crescimento 2008→2009

-20% 0% 20%



Redução dos abortos nas camadas com menor nível de instrução e aumento nas camadas mais instruídas

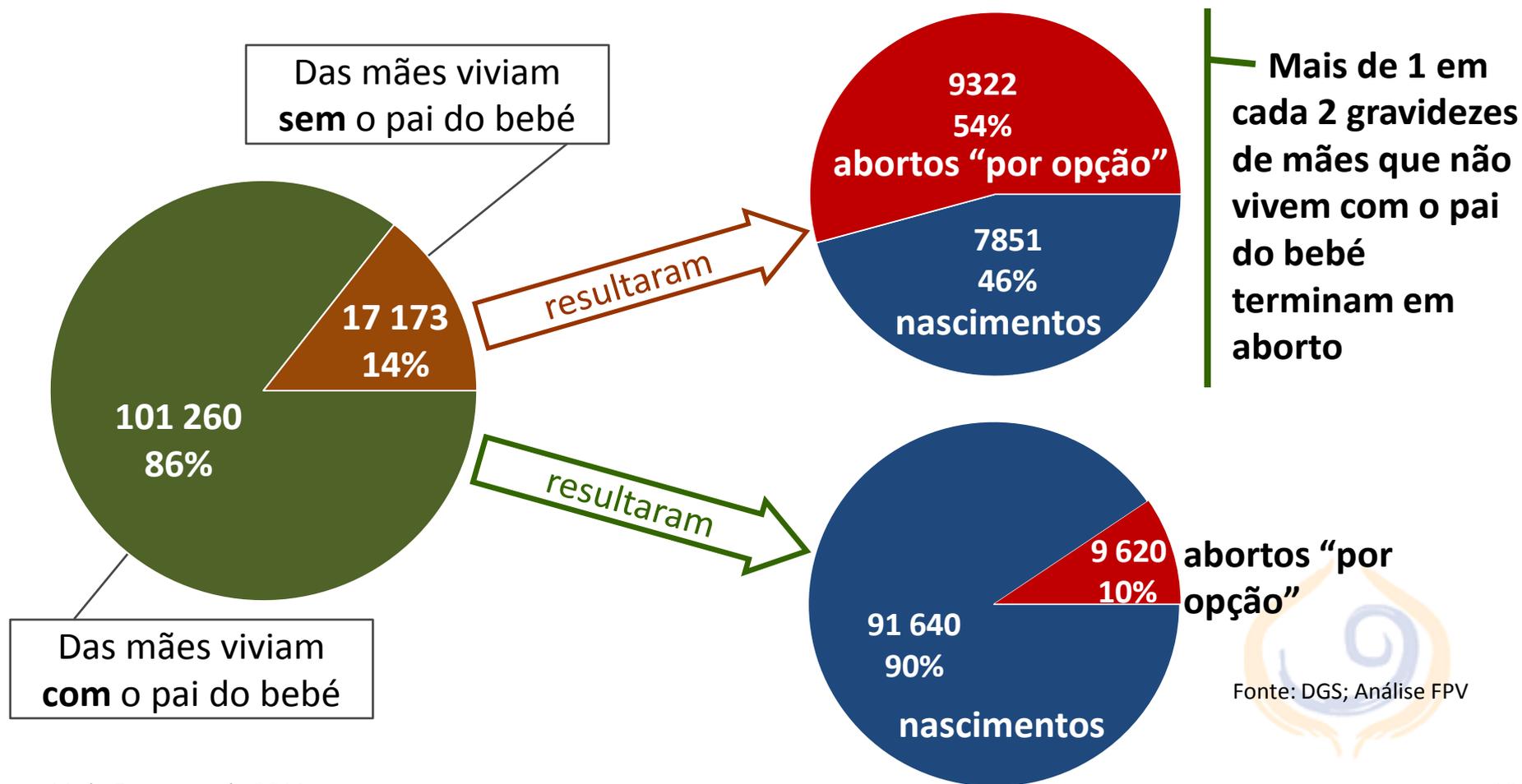
Abortos "por opção" em 2009
(%total)

Fonte: DGS; Análise FPV



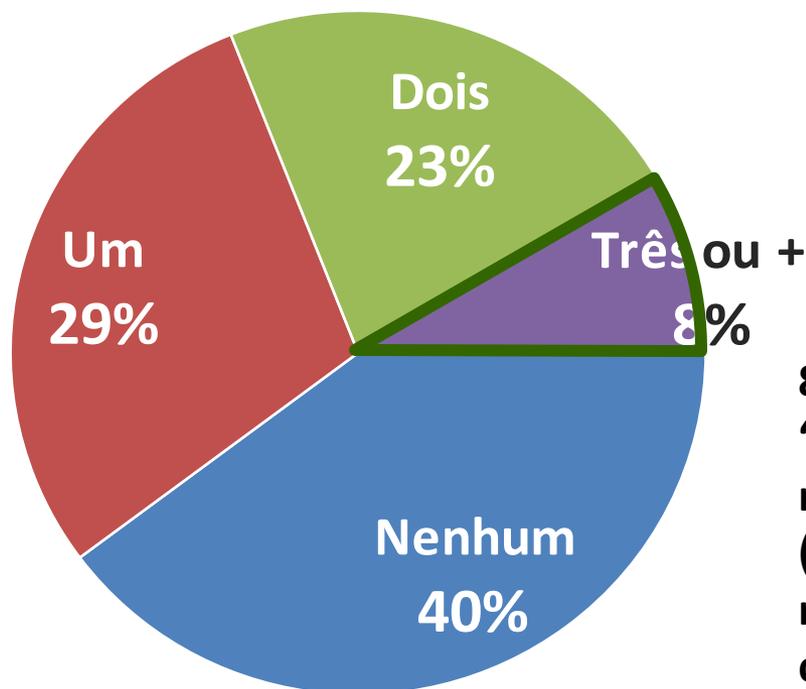
A probabilidade de uma grávida abortar por opção é 5 vezes maior se não viver com o pai do bebé

Em 2009, 118 433 gravidezes terminaram com um nascimento ou com um aborto “por opção”. Destas gravidezes:



40% das mulheres que abortaram por opção em 2009 não tinham nenhum filho

Número de outros filhos que cada mulher que abortou “por opção” em 2009 tinha na altura:



8% dos abortos legais “por opção da mulher” em 2009 (1 599) foram realizados por mães com 3 ou mais filhos

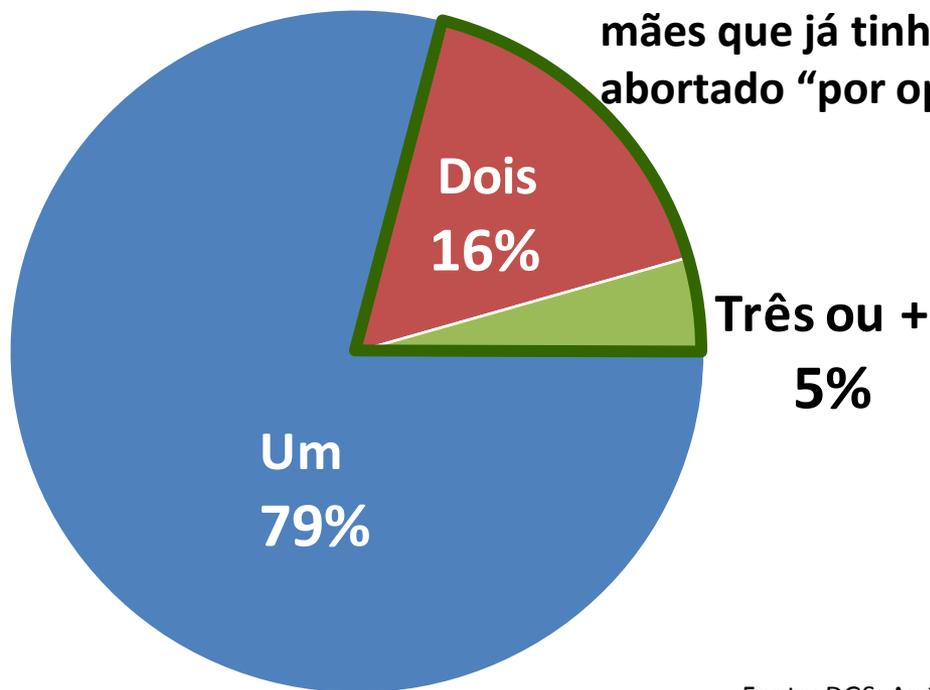


Fonte: DGS; Análise FPV

21% dos abortos “legais por opção” em 2009 foram de mulheres que já tinham abortado antes

Número de abortos realizados por cada uma das mulheres que abortou “por opção” em 2009:

21% dos abortos legais “por opção” em 2009 foram realizados por mães que já tinham abortado “por opção”



Fonte: DGS; Análise FPV

“As mulheres já começam a ver a interrupção da gravidez como um método de planeamento familiar [...], como algo inócuo, sem consequências”

Pedro Canas Mendes, do Hospital Particular de Almada

“O aborto recorrente está a tornar-se um grande problema de saúde pública”

Miguel Oliveira e Silva, obstetra e professor de ética médica

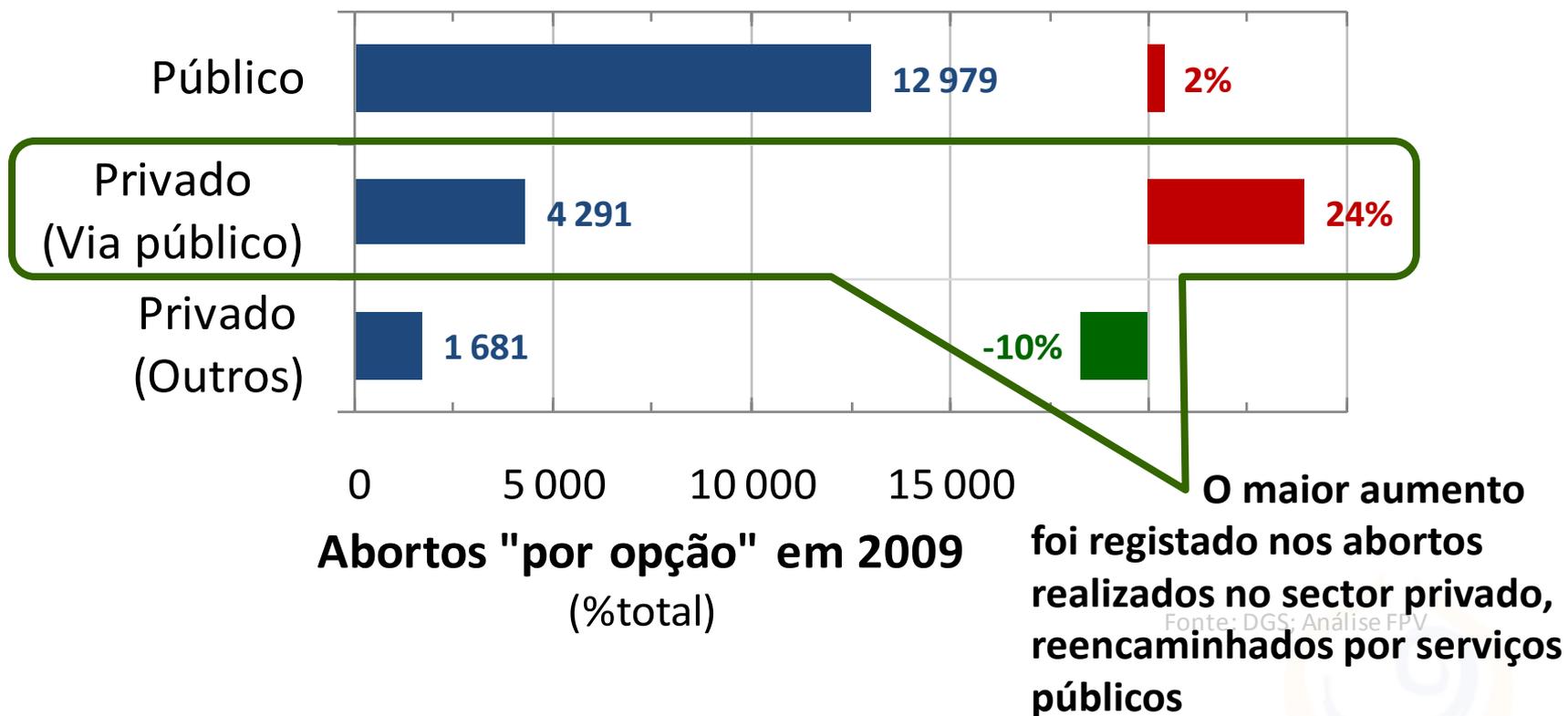
in DN, Fevereiro de 2010



Sector público encaminha cada vez mais abortos “por opção” para instituições privadas

Crescimento 2008→2009

0% 30%



Custo do aborto legal “por opção” próximo dos 100 milhões de euros

- Os mais de 60 000 abortos legais “por opção” desde 2007 custaram ao Estado perto de **100 milhões de euros**
- Em 2011 há **422 educadoras de infância e 422 auxiliares** que não tiveram emprego por causa do aborto “por opção”
- Com os 60 000 abortos legais “por opção” perderam-se **85 milhões de euros por ano em contribuições para a Segurança Social**, já a partir de 2030





Liberalização do Aborto em Portugal, 4 anos depois

Contactos:

Federação Portuguesa pela Vida
Rua da Artilharia Um, 48 - 3º D
1070-013 Lisboa

Telefone: 216 072 072 / 910 871 873
E-mail: f.p.p.vida@gmail.com

